

HABEAS CORPUS Nº 493.799 - MG (2019/0045600-9)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : CRISTIANO DE SOUZA NUNES E OUTRO
ADVOGADOS : ANDERSON DOS SANTOS DANGELO - MG087656
CRISTIANO DE SOUZA NUNES - MG157083
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : DENIS EDUARDO DOS SANTOS (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de DENIS EDUARDO DOS SANTOS contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais proferido no HC n.º 1.0000.19.003680-6/000.

Consta dos autos que o Paciente – preso em flagrante delito no dia 08/10/2018, convertida a custódia em prisão preventiva – foi denunciado como incurso no art. 121, § 2.º, incisos III e IV, c.c. o art. 14, inciso II, ambos do Código Penal e no art. 306 da Lei n.º 9.503/1997.

Inconformada com a segregação cautelar, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante a Corte de origem, que denegou a ordem.

Nas razões do writ, alega-se, em síntese, que "*o decreto de prisão não traz qualquer motivação do caso concreto, fazendo referência a dispositivos legais e fundamentação acerca da gravidade do delito em abstrato ou de genérica regulação da prisão preventiva, o que indica a ausência de fundamentos para o decreto prisional*" (fl. 6).

Requer-se, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva do Paciente, ainda que mediante a imposição de medidas cautelares diversas.

É o relatório.

Decido o pedido urgente.

A concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante, e em grau bastante satisfatório, da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora. Este pode até ser admitido; aquela, ao revés, não se evidencia estreme de dúvidas, mormente diante do que se consignou no acórdão impugnado (fls. 11-12; sem grifos no original):

"Verifica-se que a douta autoridade ora apontada coatora

*manifestou-se pela conversão da custódia flagrancial da paciente em segregação preventiva diante a existência de indícios de autoria e materialidade dos crimes, bem como pela presença dos requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal, em especial para **garantir a ordem pública, atinente ao fato do paciente ter praticado o suposto delito por disputa por ponto de tráfico de drogas** (documento eletrônico 02).*

*Dessa forma, após a leitura da decisão supramencionada, tenho que, ao contrário do alegado pelo impetrante, encontra-se devidamente fundamentada, sendo necessária a manutenção da custódia cautelar do paciente pela **garantia da ordem pública**, sendo que o agente não sofre qualquer constrangimento ilegal, até porque, nos termos do disposto no art. 313, I, do CPP, presentes os requisitos previstos no art. 312 do mesmo diploma legal, admite-se a prisão cautelar quando tratar-se de crime doloso punido com pena privativa de liberdade máxima superior a 04 (quatro) anos, conforme ocorre no caso em análise."*

Como se percebe, tais fundamentos não se mostram, em princípio, desarrazoados ou ilegais, tendo sido amparada a custódia na **especial gravidade da conduta**, a justificar a segregação cautelar para garantia da ordem pública.

Exemplificativamente:

"RECURSO EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO (5 VEZES). ADULTERAÇÃO DE SINAL IDENTIFICADOR DE VEÍCULO AUTOMOTOR. PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO. CORRUPÇÃO DE MENORES. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO. GRAVIDADE CONCRETA DO DELITO. MODUS OPERANDI. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL.

1. As prisões cautelares são medidas de índole excepcional, somente podendo ser decretadas ou mantidas caso demonstrada, com base em elementos concretos dos autos, a efetiva imprescindibilidade de restrição ao direito constitucional à liberdade de locomoção.

*2. **O decreto da prisão preventiva está idoneamente fundamentado, sobretudo, na gravidade em concreto dos delitos e na periculosidade do agente, que disparou arma de fogo contra as vítimas em um velório, sem se importar com as outras pessoas presentes, motivado por disputa de pontos de tráfico de drogas, demonstrando alta periculosidade e falta de apego com a vida humana.***

3. Eventuais condições pessoais favoráveis não possuem o condão de, isoladamente, conduzir à revogação da prisão preventiva.

4. Concretamente demonstrada pelas instâncias ordinárias a necessidade da prisão preventiva, não se afigura suficiente a fixação de medidas cautelares alternativas.

5. Recurso em habeas corpus improvido." (RHC 104.275/MG, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 06/12/2018, DJe 01/02/2019; sem grifos no original.)

Assim, o caso em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável neste juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeira instância para que preste esclarecimentos pormenorizados acerca da tramitação do processo-crime, devendo, ainda, encaminhar a chave de acesso às informações processuais.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 15 de fevereiro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora